

Bolsa fecha em baixa com renovação das preocupações com bancos nos EUA

A Bolsa fechou em baixa na quarta-feira (26), enquanto o dólar teve leve queda, fechando mais próximo da estabilidade. No começo do dia, os investidores reagiram principalmente ao IPCA-15 de abril, mas durante a tarde, a aversão a risco aumentou por conta das preocupações com a situação dos bancos regionais nos Estados Unidos.

O Ibovespa fechou em baixa de 0,88%, a 102.312 pontos. O dólar comercial à vista caiu 0,11%, a R\$ 5,058, seguindo parcialmente a tendência internacional. O índice DXY, que mede o desempenho do dólar ante outras moedas fortes, recuava 0,38% às 17h20 (horário de Brasília).

Nos mercados futuros, os

juros apresentaram quedas nos vencimentos mais longos. Nos contratos com vencimento em janeiro de 2025, as taxas subiram de 11,81% do fechamento da terça-feira (25) para 11,84%. Para janeiro de 2027, as taxas passaram de 11,74% para 11,70%. No vencimento em janeiro de 2029, os juros recuaram de 12,15% para 12,07%.

A situação do First Republic Bank, instituição financeira americana de médio porte, volta a acender um alerta sobre o setor bancário no país. Na tarde de quarta-feira, a agência Bloomberg noticiou que o banco pode ter dificuldades para acessar os recursos disponibilizados pelo Fed (Federal Reserve,). Isso porque a agência reguladora do sistema bancário

americano, o FIDC (Federal Deposit Insurance Corporation), equivalente ao FGC (Fundo Garantidor de Crédito) no Brasil, pode rebaixar as notas de crédito do First Republic. Isso poderia limitar o acesso do banco aos recursos do Fed para compensar a corrida para saques.

Com a notícia, as ações do First Republic caíram quase 30% nesta quarta-feira, depois de recuarem quase 50% na véspera. As ações de grandes bancos também caíram, com destaque para Citigroup e Wells Fargo, com quedas superiores a 2%.

Alan Dias Pimentel, analista da Blue3 Investimentos, afirma que o setor financeiro tem mais peso nos índices Dow Jones e S&P 500 em Nova York. Renato Machado/Folhapress



Economia



Desaceleração na prévia da inflação pode estimular BC a iniciar corte da Selic, dizem economistas

Página - 03

Juro do rotativo do cartão de crédito atinge em março 430,5% ao ano, mostra BC

Página - 03



Magalu vs. Kabum: imbróglio judicial leva à demissão de ex-donos do e-commerce de informática Pg.-08

Com letra do Eminem, CEO do Hurb anuncia afastamento temporário Pg - 08



Política

Bolsonaro fala à PF em engano e efeito de remédios por vídeo golpista após 8/1

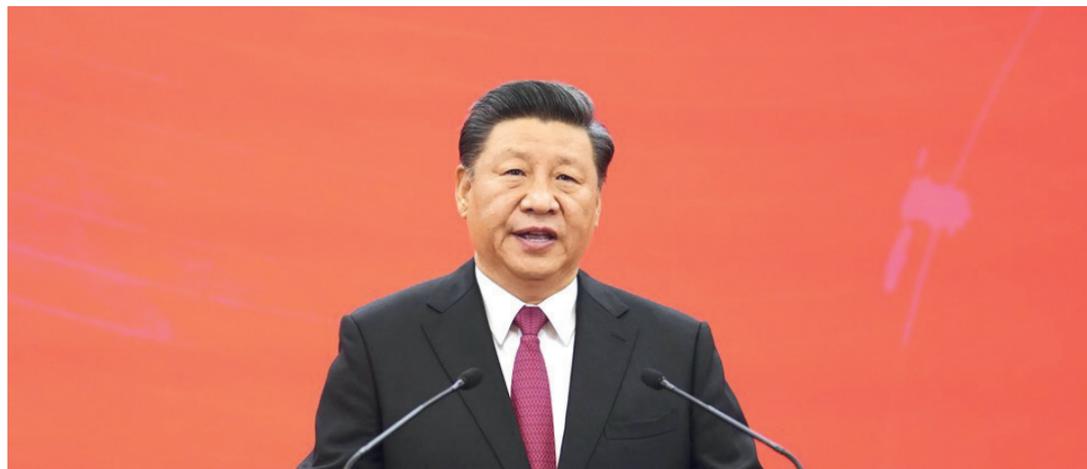
Página - 04

Revisão do Bolsa Família pode gerar economia de até R\$ 7 bi ao governo, diz Tebet

Página - 04

No Mundo

China aproveita impasse na Guerra da Ucrânia e abre negociação



Um ano, dois meses e três dias depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, a China enfim fez um movimento objetivo no tabuleiro geopolítico bagunçado pela guerra de seu aliado Vladimir Putin. Não é pouco, mas também não é garantia de paz à vista.

Durante todo esse período, Xi Jinping foi pressionado pelo Ocidente para usar sua influência sobre Putin para tentar abrir negociações de paz. Usando a proverbial paciência chinesa, calcada em quatro milênios de prática política, o líder esperou.

Agora, usa o impasse militar em solo para fazer a sua jogada, ao conversar por tele-

fone com Volodimir Zelenski e enviar um representante para negociar ao vivo em Kiev. É bastante improvável que tal ação tenha sido feita sem consultas com Putin, ainda mais após a renovação de votos da “amizade sem limites” entre Moscou e Pequim com a visita do chinês ao colega no mês passado.

Xi aproveita sua posição única de país inescapável nas relações internacionais, dado o peso de sua economia, a maior parceira comercial de cerca de 120 dos 193 países membros da ONU, e a aliança com a Rússia -estabelecida formalmente 20 dias antes do início da guerra.

A especulação ocidental básica, de que Pequim apoiou o conflito visando um precedente para a retomada de Taiwan “manu militari” só para se arrepender depois, é tentadora, mas pouco alicerçada em fatos. Assim como a ideia de que os chineses enviaram, ou vão enviar, armas secretamente para o aliado.

Não que isso não possa ocorrer ou ter ocorrido, mas o comportamento de Xi sugere mais um jogo em seus termos, o que é péssima notícia para a beligerância ocidental liderada pelos Estados Unidos e acompanhada pelos membros mais agressivos da Otan (aliança militar ocidental).

Igor Gielow/Folhapress

Caças russos são interceptados em região monitorada pela Otan, diz Alemanha

Caças alemães e britânicos interceptaram três aeronaves russas no espaço aéreo internacional sobre o Mar Báltico, disseram as Bundeswehr (Forças Armadas alemãs) na quarta-feira (26).

Duas aeronaves militares Su-27 e um Il-20 estavam “novamente voando sem sinal de transponder”, tuitaram as Forças Armadas Alemãs.

Como Estônia, Letônia e Lituânia, não possuem seus próprios caças a jato, a alian-

ça militar garante a defesa do espaço aéreo báltico, no nordeste da Europa, desde 2004. Para esse fim, os aliados enviam regularmente caças e pessoal para a região, próximo à fronteira com a Rússia.

No início de abril, após oito meses, o Bundeswehr entregou o comando da missão de vigilância aérea da OTAN ao Reino Unido. No entanto, a Força Aérea Alemã continuará a apoiá-lo até o final do mês.

CNN



Detenção de 42 brasileiros no México expõe nova rota de imigração irregular



Brasileiros integram uma rota de migração irregular no México que, ainda que não seja a principal no país, tem chamado a atenção de autoridades por ganhar destaque, em especial após o período da pandemia de Covid, que fez os fluxos migratórios caírem.

Na última segunda-feira (24), a Secretaria de Segurança e Proteção Cidadã do país, destino de imigrantes que desejam ingressar nos EUA, informou que 42 imigrantes brasileiros em situação irregular -ou seja, sem a documentação necessária-, foram detidos no estado de Yucatán, banhado pelo mar do Caribe.

O grupo foi detido em uma caminhonete na cida-

de de Maxcanú. Havia 16 homens, 16 mulheres e dez menores de idade. Os brasileiros foram levados ao Instituto Nacional de Migrações, e o motorista do carro, um mexicano de 63 anos, a uma delegacia local para prestar depoimento.

O caso não é isolado. No último dia 14, mais nove brasileiros, sendo dois deles crianças, foram detidos também em Yucatán. Eles estavam em um grupo de 155 migrantes, sendo a maioria proveniente da Guatemala (67) -país próximo a Yucatán- e da Índia (45) -outra nação cujo fluxo migratório, intercontinental, chama a atenção.

No último dia 10, também foi apreendido um grupo com

86 migrantes, mas desta vez sem brasileiros. Eles eram, em sua maioria, indianos (60) e guatemaltecos (24).

Em entrevista recente a jornais locais, a diretora de migrações mexicana no estado, Carmen de los Santos Robledo, confirmou que o local tem se mostrado uma nova rota migratória que demanda atenção.

Um alerta que é confirmado pelos números. De acordo com as cifras oficiais do governo do México, o número de migrantes em situação ilegal localizados e detidos -e, às vezes, deportados a seus países de origem- de Yucatán mudou após a crise sanitária de Covid.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Desaceleração na prévia da inflação pode estimular BC a iniciar corte da Selic, dizem economistas



Após a divulgação do IPCA-15 de abril – que baixou para 0,57%, abaixo da expectativa de 0,6% — economistas acreditam que a desaceleração da inflação pode influenciar o Banco Central na decisão de baixar os juros nas próximas reuniões. O índice foi divulgado na manhã da quarta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na opinião da economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória, a variação menor que a esperada pode não ser suficiente para alterar a expectativa para o próximo Copom e a expectativa ainda é de manutenção dos atuais 13,75% ao ano. “No entanto, esperamos

que no comunicado o BC já possa reconhecer o processo de queda da inflação recente, que reflete a política monetária mais restritiva, juntamente com outros sinais de desaceleração da atividade e do crédito mais restrito.”

De acordo o relatório do banco Itaú Unibanco, a leitura do índice corrobora com o cenário de desinflação em curso, embora o núcleo do índice ainda esteja girando acima do compatível com o cumprimento da meta de inflação.

“Nas próximas leituras, embora com pressão em preços administrados, principalmente medicamentos e loteria, devemos seguir observando recuo da inflação acumulada em 12 meses para

ao redor de 4,0%, influenciado pelo efeito base dos cortes de impostos no ano passado.”

Para Andrea Ângelo, estrategista de inflação da Warren Rena, a desaceleração na leitura mensal veio do efeito da dissipação da reoneração parcial dos impostos federais (PIS/COFINS e CIDE) sobre combustíveis e do ICMS na TUST/TUSD no cálculo de a energia elétrica, somados ajudaram em 0,19 ponto na margem.

“No mesmo sentido, itens de alimentação in natura e comunicação ajudaram na descompressão. Por outro lado, a pressão altista no mês veio de passagem aérea (11,96% ante -5,32%) e do reajuste de produtos farmacêuticos.” CNN

Juro do rotativo do cartão de crédito atinge em março 430,5% ao ano, mostra BC



A taxa média de juros cobrada pelos bancos no rotativo do cartão de crédito atingiu em março 430,5% ao ano -o maior patamar em seis anos-, segundo dados do Banco Central divulgados na quarta-feira (26).

O número representa uma alta de 13,1 pontos percentuais na comparação com fevereiro, quando o juro estava em 417,4% ao ano. Em março de 2017, a taxa da modalidade era de 490,3% ao ano.

Essa é a linha de crédito mais cara do mercado, recomendada por especialistas apenas em casos emergenciais. O rotativo do cartão é acionado quando o cliente não paga o valor integral da

Dívida Pública sobe 0,63% em março e fica em R\$ 5,89 trilhões

Alto volume de vencimentos de títulos vinculados à taxa Selic (juros básicos da economia) fez a Dívida Pública Federal (DPF) continuar abaixo de R\$ 6 trilhões em março. Segundo números divulgados na quarta-feira (26) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,856 trilhões em fevereiro para R\$ 5,893 trilhões no mês passado, alta de 0,63%.

O Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R\$ 6,4 trilhões e R\$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPM-Fi) subiu 0,74%, passando de R\$ 5,617 trilhões em fevereiro para R\$ 5,658 trilhões em março. No mês passado, o Tesouro resgatou R\$ 19,75 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Se-

lic. A dívida interna só subiu porque houve a apropriação de R\$ 61,2 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 168,59 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em março, os resgates somaram R\$ 188,34 bilhões.

No mercado externo, a queda do dólar em março diminuiu o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 2%, passando de R\$ 239,14 bilhões em fevereiro para R\$ 234,36 bilhões em março. O principal fator foi a queda de 2,45% da moeda norte-americana no mês passado.

Wellton Máximo/ABR



fatura na data de vencimento.

Desde 2017, os bancos são obrigados a transferir a dívida do rotativo do cartão de crédito para o parcelado, que possui juros mais baixos, após um mês. Nessa modalidade, o juro subiu para 192% ao ano em março, contra 189,6% ao ano no mês anterior -alta de 2,4 pontos percentuais.

O elevado patamar do juro do rotativo vem sendo debatido pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No dia 17 de março, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) se reuniu com o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Ferreira, e o presidente da CNF (Confederação Nacional das Instituições

Financeiras), Rodrigo Maia, para discutir o atual modelo. Nenhuma proposta foi apresentada, segundo os participantes do encontro.

“Hoje [dia 17] nós passamos uma hora estudando o modelo atual para que haja uma compreensão dos problemas que todos enfrentam em relação a isso. São muitos interlocutores, tem a bandeira, tem a maquininha, tem o banco, tem o lojista, tem muitos atores nesse processo”, afirmou Haddad após a reunião.

“Pedi celeridade porque é uma preocupação do presidente Lula, e eles pediram para envolver o Banco Central em virtude da regulação do produto”, acrescentou.

Nathalia Garcia/Folhapress

Política

Bolsonaro fala à PF em engano e efeito de remédios por vídeo golpista após 8/1



Representantes da defesa de Jair Bolsonaro (PL) afirmaram que o ex-presidente disse na quarta-feira (26) a investigadores da Polícia Federal ter publicado por engano em uma rede social vídeo repassado a ele questionando a lisura das urnas eletrônicas.

O ex-presidente ainda estaria sob efeito de medicamentos quando fez a postagem, por ter sido hospitalizado.

“Esse vídeo foi postado na página do presidente do Facebook quando ele tentava transmiti-lo para o seu arquivo de WhatsApp para assisti-lo posteriormente”, disse o advogado Paulo Cunha Bueno, na saída da sede da Polícia Federal.

“Por acaso, justamente nesse período, o presidente estava internado em um hospital em Orlando. Justamente no período entre o dia 8 e o dia 10 [de janeiro] ele teve uma crise de obstrução intestinal, isso está documentado, foi submetido a um tratamento com morfina, ficou hospitalizado e só recebeu alta na tarde do dia 10”, continuou.

Ao longo de seu mandato (2019-2022), Bolsonaro acumulou declarações de cunho golpista e, ao perder as eleições, além de não reconhecer o resultado, incentivou apoiadores a permanecer em acampamentos que pediam às Forças Armadas um golpe que impedisse a posse do presidente Lula.

A defesa acrescentou que

Bolsonaro apenas respondeu aos questionamentos relativos ao objetivo de sua intimação, que era a postagem do vídeo produzido por um procurador do estado de Mato Grosso que ataca a segurança das urnas eletrônicas. No entanto, diz que o ex-mandatário se colocou à disposição para esclarecer outros pontos.

Afirmou ainda que Bolsonaro está à disposição para depor na CPI mista que investigará os ataques de 8 de janeiro.

Segundo a defesa, o ex-presidente recebeu o vídeo e queria armazená-lo para assistir mais tarde. Bolsonaro, diz a sua defesa, não se deu conta de que realizou a postagem, que acabou removida por auxiliares em seguida.

Renato Machado/Folhapress

Governo sinaliza recuo e Lira tira da pauta projeto que suspende decreto do saneamento

O Palácio do Planalto sinalizou ao Congresso Nacional a abertura de diálogo para rever pontos do decreto do saneamento.

Como consequência, o projeto de decreto legislativo pautado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que poderia suspender trechos do decreto, foi retirado de pauta da Câmara.

A ideia é que o governo abra diálogo com o Congresso e com o setor privado para que sejam avaliados possíveis pontos de revisão do decreto.

No último domingo, Lira incluiu na pauta o projeto de decreto legislativo 111/23 que “susta os parágrafos 13 ao 17 do art. 6º do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023,

que atualiza a regulação das leis de saneamento”, apresentado pelo deputado federal Fernando Monteiro (PP-PE).

Os artigos são os que tratam da regionalização dos serviços do saneamento, em especial um dos pontos centrais do decreto de Lula e alvo de maior crítica: a possibilidade de contratação direta de empresas sem licitação.

Segundo interlocutores de Lira, a Câmara optou por incluir na pauta um projeto que suspendesse apenas trechos do decreto, e não ele inteiro, por considerar que desse modo evitaria maiores polêmicas com o governo.

A possibilidade de aprovação fez o governo acenar com uma possível revisão do decreto.

CNN



Revisão do Bolsa Família pode gerar economia de até R\$ 7 bi ao governo, diz Tebet



A revisão de beneficiários do Bolsa Família inscritos no CadÚnico (Cadastro Único) pode gerar uma economia de até R\$ 7 bilhões ao governo, afirmou na quarta-feira (26) a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento). O impacto seria anual, por retirar do programa social beneficiários que não têm direito a receber os recursos.

Tebet foi convidada pela FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo) para falar sobre arcabouço fiscal. Ao explicar o trabalho da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, a ministra citou a revisão, que está sendo feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

“Ninguém discute que o Bolsa Família é uma necessidade no Brasil”, disse. “Mas nós sabemos que ao longo do tempo o CadÚnico foi mal utilizado, perdeu focalização. Não se cobrou, por exemplo, criança na escola, não se deixou assistente social olhar família, temos caso de pedofilia e tudo mais.” Tebet afirmou que muitas pessoas que não se enquadravam no programa foram incluídas no Bolsa Família, mesmo sem ter direito.

“O que faz a avaliação de políticas públicas, junto com o Ministério do Desenvolvimento Social? Nós estamos revendo o CadÚnico, não para fazer uma economia, porque não é isso que nós falamos, para ver quem está no cadastro e que não tem direito, especialmente homens,

solteiros, que estão trabalhando e muitas vezes vão para a informalidade para poder ganhar R\$ 600.”

“Com isso, nós estamos falando que podemos ter uma economia de até R\$ 7 bilhões. É disso que se trata planejamento, avaliação de políticas públicas.”

Tebet defendeu o arcabouço e disse que o objetivo principal da nova regra fiscal proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva não é cortar gastos públicos.

Na avaliação de Tebet, a instalação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar os ataques golpistas de 8 de janeiro não deve ter reflexo sobre a tramitação do texto. “Acho que o impacto vai ser zero”, disse.

Danielle Brant/Folhapress



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Cotação das Moedas
Coroa (Suécia) - 0,4904
Dólar (EUA) - 5,0585
Franco (Suíça) - 5,6843
Iene (Japão) - 0,03783
Libra (Inglaterra) - 6,3155
Peso (Argentina) - 0,02283
Peso (Chile) - 0,006303
Peso (México) - 0,2794
Peso (Uruguai) - 0,1306
Yuan (China) - 0,7304
Rublo (Rússia) - 0,06169
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5912

Balço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021				
Circulante	16.648	48.527	Circulante	11.659	47.514	2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa	12.875	32.263	Contas a pagar	593	770	Receita operacional líquida	32.210	84.925	
Contas a receber	2.961	15.417	Arrendamento mercantil	3.671	7.961	Despesas operacionais	(21.503)	(25.396)	
Impostos a recuperar	443	94	Dividendos e bonificações	2.232	21.459	Despesas gerais e administrativas	(22.430)	(26.248)	
Despesas antecipadas	270	372	Obrigações tributárias	187	11.866	Despesas tributárias	(273)	(269)	
Outros ativos	99	381	Obrigações trabalhistas	1.452	430	Resultado financeiro	1.268	1.187	
Não circulante	4.479	8.455	Provisão para despesa de pessoal	3.524	5.028	Equivalência patrimonial	(68)	(66)	
Investimento	61	68	Patrimônio líquido	9.468	9.468	Resultado Operacional	10.707	59.529	
Imobilizado	4.418	8.387	Capital social	4.181	4.181	Resultado antes do IRPJ e da CSLL	10.707	59.529	
Total do ativo	21.127	56.982	Reserva de lucros	5.287	5.287	Imposto de renda e contribuição social	(3.800)	(19.926)	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				
Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)									
	2022	2021		2022	2021				
Lucro líquido do exercício	6.908	39.603	Redução em obrigações sociais	1.021	9				
Ajustes			Aumento em obrigações trabalhistas, bônus e PLR	(1.504)	(889)				
Imposto de renda e contribuição social	3.711	19.926	Imposto de renda e CSLL pagos no exercício	(14.541)	(28.877)				
Depreciação e amortização	726	1.593	Total da variação entre ativos e passivos	(3.698)	(4.195)				
Equivalência patrimonial	68	66	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	7.715	56.993				
Lucro líquido ajustado	11.413	61.188	Atividades de investimentos						
Variações em:			Aquisições de participações societárias	(60)	(135)				
Aumento em contas a receber	12.456	21.373	Aquisições de bens do ativo imobilizado	(908)	(9.202)				
Aumento/redução em impostos a compensar	(349)	103	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(19.388)	(8.335)				
Redução em despesas antecipadas	102	(214)	Atividades de financiamento						
Redução/(aumento) em outros ativos circulantes	282	(320)	Dividendos pagos do exercício	(26.135)	(55.991)				
Redução em contas a pagar	(177)	(38)	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>						
Redução/aumento em arrendamento mercantil	(139)	7.401							
Aumento em obrigações fiscais	(849)	(2.743)							
Antonio Carlos Quintella – Diretor Presidente					José Luiz Gonzaga – Contador CRC 1SP 132.371/O-5				

Lazam-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.															
CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62															
Relatório da Administração															
Senhores Acionistas: Em cumprimento a determinação da Lei das Sociedades por Ação e ao Estatuto Social, vimos apresentar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 26 de abril de 2023. A Administração															
Balços Patrimoniais – em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)					Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)										
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021								
Circulante				Circulante				Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total				
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.974	53.645	Fornecedores		5.151	2.481	72.767	2.621	48.043	123.431				
Clientes	4	40.209	13.334	Empréstimos e financiamentos	11	12	1.539			647	647				
Tributos a recuperar	5	3.192	2.707	Obrigações sociais e trabalhistas		13.724	12.255			(24.000)	(24.000)				
Adiantamentos	6	1.674	6.370	Obrigações tributárias		5.525	4.013			(6.866)	(6.866)				
Despesas pagas antecipadamente		648	264	Contas a pagar de investimentos	12	55.906	65.231			27.463	27.463				
Demais contas a receber		669	352	Dividendos a pagar		9.020	6.866		1.373	(1.373)	-				
Total do ativo circulante		60.366	76.671	Provisão para contingências		1.136	1.136	Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.994	43.915	120.676				
Não Circulante				Adiantamentos de clientes		1.123	-	Investimentos em participações societárias		285	285				
Realizável a longo prazo				Demais contas a pagar		1.543	2.636	Lucro líquido do exercício		25.787	25.787				
Partes relacionadas	7	28.869	13.209	Total do passivo circulante	93.141	96.156		Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.994	69.986	146.747				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	28.409	24.758	Não Circulante				(Aumento) diminuição dos ativos e passivos operacionais							
Investimentos em participações societárias	9	6.630	5.947	Empréstimos e financiamentos	11	40.454	100.000	Clientes		(26.875)	10.985				
Imobilizado		15.940	10.878	Contas a pagar de investimentos	12	98.838	49.428	Tributos a recuperar		(486)	(1.963)				
Intangível	10	500.136	309.355	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	33.763	30.799	Adiantamentos a fornecedores		4.696	(5.613)				
Total do ativo não circulante		579.984	364.148	Obrigações tributárias		449	1.881	Despesas pagas antecipadamente		(384)	81				
Total do Ativo		640.350	440.818	Partes relacionadas	7	226.958	41.878	Demais contas a receber		(317)	(146)				
Notas Explicativas					Patrimônio Líquido			Depósitos e cauções		-	109				
1. Contexto Operacional – A LAZAM-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A. tem por objeto social a corretagem e administração de: (i) seguros dos ramos elementares, (ii) seguros dos ramos de vida e capitalização, (iii) planos previdenciários, e (iv) planos privados de assistência à saúde. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações). Também foram consideradas as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3. Caixa e equivalentes de caixa – São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos) e aplicações financeiras, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização. 4. Clientes – As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Empresa revisa anualmente a necessidade de ajuste de seus recebíveis a valor presente. 5 – Tributos a recuperar – Referem-se a créditos tributários que poderão ser compensados em anos seguintes após a entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal. 6 – Adiantamentos – Referem-se a adiantamentos de recursos financeiros de serviços que não foram entregues até a data de encerramento do exercício social e adiantamentos a funcionários. 7 – Partes relacionadas					9 – Investimentos:	2022	2021	Total do patrimônio líquido	146.747	120.676	Total do passivo e do Patrimônio Líquido	640.350	440.818	2022	2021
					838 Soluções Ltda.	4.450	4.396								
					Tovese Corretora de Seguros Ltda	1.200	1.200								
					MDS MG Corretora e Administradora de Seguros	100	100								
					Bens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	100	100								
					Process-MDS Assessoria e Corretora de Seguros Ltda.	30	30								
					MDS-RE Corretora de Resseguros Ltda.	15	15								
					QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda	5	5								
					Credrisk Seguros Sociedade de Corretagem de Seguros de Crédito e Garantias Ltda.	343	-								
					Credrisk Marine Corretora de Seguros Ltda	136	-								
					Corretora Brokers de Seguros Ltda	47	-								
					BRKS São Paulo Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	103	-								
					Outros investimentos	101	101								
					6.630	5.947									
					Em 2021 e 2022 a Lazam-MDS celebrou contrato de compra e venda de quotas de 49% da 838 Soluções Ltda. e 100% da Tovese Corretora de Seguros Ltda. e QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda.										
					10 – Intangível										
					Ágios (1)	2022	2021								
					Providence Corretora de Seguros e Consultoria S/S Ltda	3.645	3.645								
					MDS Associações Corretora de Seguros Ltda	7.270	7.270								
					R.S.I. Corretora de Seguros Ltda	11.540	11.540								
					ADDMaker Administração Corretora de Seguros Ltda.										
					Miral Administradora e Corretora de Seguros Ltda	32.865	32.865								
					Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda.	1.333	1.333								
					ADDMaker Administradora Corretora de Seguros e Participações Ltda.	2.640	2.640								
					Quorum Corretora de Seguros Ltda.	10.599	10.599								
					838 Soluções Ltda	1.173	1.173								
					Bens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	26.668	26.668								
					Duobens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda.	1.205	1.205								
					Process Corretora de Seguros Ltda	32.335	32.335								
					Tovese Corretora de Seguros Ltda	70.777	70.777								
					QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda	30.043	30.043								
					Credrisk Seguros Sociedade de Corretagem de Seguros de Crédito e Garantias Ltda.	27.647	-								
					Credrisk Marine Corretora de Seguros Ltda	2.137	-								
					Corretora Brokers de Seguros Ltda	108.197	-								
					408.158	270.178									
					Amortização do intangível										
					Providence Corretora de Seguros e Consultoria S/S Ltda	(1.391)	(1.391)								
					R.S.I. Corretora de Seguros Ltda	(2.531)	(2.531)								
					(3.922)	(3.922)									
					Programas de computação	5.469	4.755								
					Marcas e Patentes	6	6								
					Carteira de Clientes – Aquisição Empresa	90.425	38.339								
					95.900	43.100									
					500.136	309.355									
					Ágio na aquisição de controladas amortizado fiscalmente	33.763	30.799								
					Total impostos diferidos passivos	33.763	30.799								
					(1)Foi aplicado o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos										
					11 – Empréstimos e financiamentos										
					Instituição financeira										
					Produto										
					Taxa										
					2022	2021									
					Banco Itaú	Debêntures	CDI + 2,25% a.a.	-	-	1.199	100.000	101.199			
					Banco Bradesco	Capital de giro	CDI + 3,0996% a.a.	12	20.000	20.012	-	-			
					Banco Porto	CDC Padrão	CET 19% a.a.	-	20.454	20.454	-	-			
					Banco do Brasil	Capital de giro	10,16% a.a.	-	-	-	339	339			
					12 – Contas a pagar de investimentos										
					Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total					
					2022	2021		2022	2021						
					Tovese Corretora de Seguros Ltda	18.869	10.406	29.275	21.567	35.969	57.537				
					QH Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda	3.774	9.282	13.056	6.008	13.459	19.466				
					Process Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	27.246	-	27.246				
					Bens-MDS Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	10.410	-	10.410				
					Credrisk Seguros Sociedade De Corretagem De Seguros De Crédito E Garantias Ltda.	4.992	16.425	21.418	-	-	-				
					Credrisk Marine Corretora De Seguros Ltda	449	898	1.347	-	-	-				
					Corretora Brokers de Seguros Ltda	27.822	61.827	89.649	-	-	-				
					55.906	98.838	154.745	65.231	49.428	114.659					
					13 – Patrimônio Líquido – O capital social é composto de 2.568.892 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado.										
					14 – Comerciais, gerais e administrativas										
					2022	2021									
					Gastos com pessoal	82.347	65.091								
					Assessoria e Consultorias	21.464	19.619								
					158.851	126.897									
					Conselho da Administração: José Manuel Queiróz Dias da Fonseca – Presidente Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos José Diogo Carneiro de Araújo e Silva Diretoria: Ariel Yanitchkis Couto Thiago Teixeira Tristão Thomaz Tes										

Associação Educadora da Infância e Juventude
CNPJ/ME nº 60.518.180/0001-20

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em unidades de reais)

Balanço Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	Notas	2022	2021	Patrimônio Social	Superávit/Déficit Acumulados	(-) Ajustes Exercícios Anteriores	Reservas Reavaliadas	Ajustes de Avaliações	Saldos Finais
Ativo Circulante		313.502.093,77	273.949.236,77	149.326.526,75	136.515.377,80	504.269,79	65.946.886,79	13.585.138,65	365.878.199,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	178.144.624,26	154.876.797,00				(1.033.225,73)		(1.033.225,73)
Aplicações Financeiras	5	125.125.627,28	110.621.168,47				(2.814.231,05)		(2.814.231,05)
Anuidades a Receber	6	1.163.359,95	1.169.932,96						
Estoques	7	240.092,42	15.020,17					1.033.225,73	1.033.225,73
Outros Créditos	8	8.828.389,86	7.266.318,17						
Ativo Não Circulante		136.013.488,02	125.372.667,68						
Créditos		6.170,64	6.170,64						
Investimentos		15.084.646,65	15.379.790,73						
Imobilizado		120.362.991,30	109.411.422,27						
Intangível		559.679,43	575.284,04						
Total do Ativo		449.515.581,79	399.321.904,45						
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis									
1. Do Contexto Operacional – A Associação Educadora da Infância e Juventude – ASSEJ, é uma associação civil de fins não econômicos e caráter beneficente, filantrópico, educacional, cultural, assistencial e de promoção humana. Sua principal finalidade estatutária hoje, é promover a Educação, criando e mantendo estabelecimentos de ensino na Educação Básica. A ASSEJ teve sua solicitação de renovação de certificado CEBAS indeferida pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, por meio da Portaria nº 692, de 05/07/2021, exarada nos autos do processo nº 23000.008686/2012-24. Apresentou recurso administrativo contra a decisão que está em análise. Requereu ainda, a concessão de Cebas-Educação, por meio do processo protocolado sob nº 23000.024006/2015-62, em 17/12/2015, o qual encontra-se no aguardo de análise. Também tem os processos administrativos protocolizados sob os nºs 23000.041550/2018-11 e 23000.033523/2021-71, os quais encontram-se no aguardo de análise. Todo o patrimônio da ASSEJ se presta ao exercício de suas finalidades estatutárias e, em caso de dissolução e extinção, o mesmo, descontado o passivo e respeitadas os direitos e doações condicionais, será destinado a outra instituição congênera dotada de personalidade jurídica e devidamente registrada como Beneficente de Assistência Social. Na inexistência de instituição com as características descritas, o patrimônio remanescente deverá ser destinado a outra instituição Pública, conforme art.54 do Estatuto Social. Aplica integralmente o resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, em conformidade com o art. 45 do Estatuto Social: "A ASSEJ aplica no território nacional a totalidade de suas receitas, rendas, rendimentos e eventual resultado operacional positivo, também denominado superávit, objetivando a manutenção e desenvolvimento de seus objetivos estatutários" Na forma do art.195 § 7º da Constituição Federal é imune às Contribuições Sociais para a Seguridade Social, atendendo aos requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional. É imune aos impostos Federais, Estaduais e Municipais, incidentes sobre seu patrimônio, renda e serviços, na forma do art.150, inciso VI, al.c da Constituição Federal. 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – As Demonstrações Contábeis da ASSEJ foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, quais sejam: a) A Lei 6.404/76 (no que se aplica à natureza assistencial da entidade); b) O conjunto das Normas Brasileiras de Contabilidade; c) A Norma de Entidades Sem Fins Lucrativos – Resolução No. 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – ITG 2002(R1). Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da ASSEJ. Na forma da NBC TG 26, o conjunto das Demonstrações Contábeis inclui: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Período – DRE; c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; d) Demonstração do Resultado Abrangente do Período (dentro da DMPL, conforme item 106 NBC TG 26); e) Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período; f) Notas Explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social, art. 26 letra c, após parecer do Conselho Fiscal. 3. Principais Políticas Contábeis – As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As Receitas de Prestação de Serviços são reconhecidas na transferência desses serviços prometidos a clientes, no valor que reflete a contraprestação à qual a Assej espera receber em troca desses serviços, na forma da NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente. O Resultado do Exercício foi apurado segundo o registro de suas receitas e despesas pelo Regime de Competência. Com base na Lei Complementar 187/2021, foram concedidas neste ano, bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente aplicado e de forma segregada das receitas a que se referem. Ativo Circulante: 4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Abrangem saldos de Caixa, Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras de Resgate Automático. Estes recursos são utilizados na gestão do fluxo de caixa diário da instituição. 5. As Aplicações Financeiras – referem-se aos recursos aplicados com prazos de vencimentos fixos, superiores a 30 (trinta) dias, bem como as aplicações em Cadenets de Poupança. 6. Anuidades a Receber – Representam os créditos a receber na Educação Básica, deduzidas as gratuidades e abatimentos concedidos, vencidos a menos de 5 anos, descontado o ajuste para créditos de liquidação duvidosa, somando-se ainda aos valores faturados nos cursos extracurriculares esportivos. 6.1 A cobrança dos títulos de anuidades é efetuada mensalmente e, em analogia ao art. 9º da Lei 9.430/96, os créditos vencidos há mais de 6 (seis) meses são constituídos em Créditos de Liquidação Duvidosa e lançados a crédito de conta redutora de Anuidades a Receber. 6.2 Os valores vencidos a mais de 5 (cinco) anos, resultantes de cobranças judiciais infrutíferas, são baixados como perdas, em analogia ao art. 9º. Da Lei 9.430/96. 6.3 Os títulos de anuidades renegociados são baixados da conta de Anuidades a Receber e lançados em contas de Outros Títulos a Receber, conforme o caso (Cheques-pré-datados, Notas Promissórias ou Cartões de Crédito a Receber). 6.4 Os títulos de renegociação não recebidos são cobrados judicialmente e, seu saldo registrado em Outros Títulos a Receber (Cobranças Judiciais em andamento). 6.5 As parcelas e matrículas recebidas no exercício corrente referentes aos serviços educacionais do exercício subsequente são classificadas no Passivo Circulante como "Receitas Antecipadas". Desmembramento de Anuidades a Receber:									

... continuação
conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras até aqui desconhecidas podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, sobre os aspectos de alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Novo Hamburgo, 13 de abril de 2023. LR Consultoria e Auditoria Contábil Ltda., Auditora e Contadora, CRC/RS nº 3.848, CNAI/PJ nº 103. Lilianna Regina Ramos – Contadora CRC/RS nº 47.590, Auditora Independente CNAI Nº 5.796.

Severo Villares Projetos e Construções S/A

CNPJ/MF nº 61.432.472/0001-08

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas contas do Patrimônio Líquido e das referentes ao Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em reais)	
	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	12.125.751	32.194.999	
Clientes	75.355	75.355	
Estoques	8.255.145	8.255.145	
Impostos a recuperar	2.027.022	650.562	
Outros Créditos	3.633.430	2.171.329	
	26.116.702	43.347.389	
Não Circulante			
Depósitos judiciais	2.872.300	2.872.300	
Outros Créditos	4.541.000	-	
Investimentos	10.296.000	-	
Imobilizado	2.032.739	1.494.190	
(-) Depreciação acumulada	(1.297.792)	(1.225.107)	
Intangível	20.948	20.948	
	18.465.196	3.162.332	
Total do Ativo	44.581.898	46.509.721	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	849.528	707.740	
Salários, encargos e provisões	14.474	14.474	
Obrigações Fiscais	13.958	15.713	
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	
Outras contas a pagar	-	-	
	877.960	737.927	
Não Circulante			
Financiamentos e empréstimos	5.601.360	5.601.360	
Outros débitos	-	3.691.844	
	5.601.360	9.293.204	
Patrimônio Líquido			
Capital social	33.457.942	33.457.942	
Adto. Futuro Aumento de Capital	2.891.844	-	
Reserva de capital	1.580	1.580	
Lucros/Prejuízos acumulados	3.019.068	1.770.368	
Resultado do exercício	(1.267.856)	1.248.700	
	38.102.578	36.478.590	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	44.581.898	46.509.721	

Rodrigo Malvezzi da Silva – Diretor
Vagner Xavier dos Santos – Contador CRC nº 1SP 216.992/0-1

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em reais)		Demonstração de Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em reais)	
	31/12/2022	31/12/2021	
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.267.856)	1.248.700	
(+) Depreciação	72.685	22.331	
(=) Lucro que afeta o caixa	(1.195.171)	1.271.031	
Variáveis no circulante			
Redução (Aumento) de créditos tributários	(1.376.460)	(91.421)	
Redução (Aumento) de outros créditos	(1.462.101)	2.932.771	
Redução (Aumento) do realizável a longo prazo	(4.541.000)	(36.754)	
Aumento (redução) de fornecedores	141.788	26.738	
Aumento (redução) de salários encargos e provisões	-	(401)	
Aumento (redução) de IRPJ e CSLL	-	(71.310)	
Aumento (redução) de obrigações fiscais	(1.754)	8.370	
Aumento (redução) de outras contas a pagar de curto prazo	-	(7.281)	
Aumento (redução) de outras contas a pagar de longo prazo	(3.691.844)	3.600.139	
(=) Caixa gerado (aplicado) no negócio	(10.931.372)	6.360.851	
Atividades de investimentos			
Investimento	(10.296.000)	-	
Aquisição de ativos imobilizados	(538.549)	(260.390)	
(=) Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(10.834.549)	(260.390)	
(=) Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	2.891.844	-	
(=) Resultado final de caixa	(20.069.247)	7.371.492	
Disponibilidades no início do período	32.194.999	24.823.507	
Disponibilidades no final do período	12.125.751	32.194.999	
	(20.069.247)	7.371.492	

Ebpark Empresarial SPE S.A.

CNPJ/MF no 10.336.227/0001-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	31/12/2021	31/12/2022	
Ativo			
Circulante			
Disponibilidades	2.894.994	1.085.019	
Adiantamentos	29.750	16.500	
Estoques - imóveis destinados a venda	206.758.436	207.191.823	
Tributos a recuperar	379	-	
Não circulante	34.905	11.632.899	
Deposito judicial	34.905	11.632.899	
Total do ativo	209.718.085	219.926.619	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	187.516	76.684	
Obrigações tributárias	1.486.467	1.577.381	
Obrigações sociais	15.654	13.978	
Provisões trabalhistas	55.594	33.248	
Adiantamento de clientes	556.610	646.518	
Não circulante	995.571	10.931.596	
Reembolso iptu	995.571	10.931.596	
Patrimônio líquido	206.420.674	206.647.214	
Capital social	143.031.248	143.031.248	
Reserva de lucros	2.214.854	2.214.854	
Lucros acumulados	62.794.497	61.108.167	
Lucro do exercício	44.297.075	39.533.460	
Lucros distribuídos	(45.917.000)	(39.240.513)	
Total do ativo	209.718.085	219.926.619	
Total do passivo	209.718.085	219.926.619	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A EBPAK EMPRESARIAL SPE S.A., sediada na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Werner Von Siemens, 111 – Predio 33C – Lapa, CEP 05069-010, inscrita no CNPJ sob o nº 10.336.227/0001-66, declara através de seu contador abaixo identificado as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano calendário de 2022; **1) contexto operacional:** A EBPAK EMPRESARIAL SPE S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social a realização e administração do empreendimento imobiliário denominado E-business Park, localizado na Rua Werner Von Siemens, 111, Bairro Lapa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-010, com início de atividades em 26/04/2011. **2) Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Disposições da Lei das Sociedades por Ações (11.638/07) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **3) Principais práticas**

Demonstração do Fluxo de Caixa		Demonstração de Resultado	
	31/12/2021	31/12/2022	
Receita bruta			
Receita de locação	57.079.518	50.838.648	
Total das receitas	57.079.518	50.838.648	
Deduções			
Impostos sobre locação	(2.083.402)	(1.855.611)	
Total das deduções	(2.083.402)	(1.855.611)	
Receita líquida total	54.996.116	48.983.038	
Lucro operacional bruto	54.996.116	48.983.038	
Receitas/despesas operacionais			
Administrativas	(4.533.086)	(3.976.216)	
Outras receitas ou despesas operacionais	63.007	-	
Total das receitas/despesas operac.	(4.470.079)	(3.976.216)	
Lucro antes do resultado financeiro	50.526.037	45.006.821	
Despesas financeiras	(70.975)	(65.036)	
Receitas financeiras	42.884	149.877	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	50.497.946	45.091.663	
IRPJ e CSLL	(6.200.870)	(5.558.203)	
Lucro líquido do exercício	44.297.075	39.533.460	

contábeis: **3.1) Estoques de imóveis:** São demonstrados pelo valor de aquisição somado a benfeitorias feitas no decorrer dos anos. **3.2) Direitos e obrigações:** Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. **3.3) Depósito Judicial:** Os pagamentos de IPTU de 2022 no total de R\$11.632.898,70 foram depositados em juízo, com isso até o trânsito em julgado do processo judicial os valores irão permanecer no ativo não circulante de depósito judicial. **3.4) Reembolsos de IPTU:** A empresa possui saldo de R\$10.931.56,24 classificados em "Prov Receita Dif-Reemb IPTU", referente a reembolsos de IPTU devidos dos imóveis locados e permanecerão nessa conta contábil até o trânsito em julgado da ação judicial. **3.5) Adiantamento para Desmobilização de Imóveis Locados:** No final de 2022, a Ebpark Empresarial possui adiantamentos para desmobilização no montante de R\$474.725,94, recebido de seus clientes com objetivo de pagar as devidas manutenções nos imóveis locados

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

EBPAK EMPRESARIAL SPE S.A. - CNPJ nº 10.336.227/0001-66

Confirp Contabilidade Ltda. - CRC: 2SP.014.230/O-3 - CNPJ nº 56.812.993/0001-50

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,0579 / R\$ 5,0585 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0560 / R\$ 5,0580 *
Turismo - R\$ 5,1700 /
R\$ 5,2590
(* cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,11%

OURO BM&F

R\$ 319.6
S&P 500 (Nova York):
-0,38%
Dow Jones (Nova York):
-0,68%
Nasdaq (Nova York):
0,47%
CAC 40 (Paris): -0,86%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,48%
Financial 100 (Londres):
-0,49%
Nikkei 225 (Tóquio):
-0,71%
Hang Seng (Hong Kong):
0,71%
Shanghai Composite
(Xangai): -0,02%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): -0,09%
Merval (Buenos Aires):
0,57%
IPC (México): -0,64%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Março 2022: 1,62%
Abril 2022: 1,06%
Maio 2022: 0,47%
Junho 2022: 0,67%
Julho 2022: -0,68%
Agosto 2022: -0,36%
Setembro 2022: -0,29%
Outubro 2022: 0,59%
Novembro 2022: 0,41%
Dezembro 2022: 0,62%
Janeiro 2023: 0,53%
Fevereiro 2023: 0,84%
Março 2023: 0,71%

Publicidade Legal

BRVias Holding TBR S/A

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75

AVISO: Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento no Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: (i) Jornal "Data Mercantil" (<https://datamercantil.com.br/>); (ii) RI da Companhia (<https://triufo.com/ri>).

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais					Demonstrações dos Resultados					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.321	-	30.084	2.115					
Caixa restrito	4	-	7.384	-	7.384					
Aplicações financeiras	5	-	-	-	9.831					
Contas a receber	6	-	-	10.757	8.560					
Impostos a recuperar		1.588	1.564	2.669	2.229					
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.226	1.275					
Outros créditos		232	232	2.372	12.514					
Total do ativo circulante		8.141	9.180	47.108	43.908					
Ativo Não circulante										
Dividendos a receber	7	3.659	1.438	-	-					
Tributos diferidos	15.a	-	-	-	1.292					
Depósitos judiciais		-	-	5.279	3.158					
Contas a receber	6	-	-	768	764					
Contas a receber - partes relacionadas	7	-	100.000	-	-					
Ativos de direito de uso		-	-	920	425					
Investimentos	8	291.657	279.322	-	-					
Imobilizado	9	-	-	3.718	4.402					
Intangível	10	-	-	447.635	473.830					
Ativo de contrato (intangível em construção)	10	-	-	188.734	90.721					
Total do ativo não circulante		295.316	380.760	647.054	574.592					
Total do ativo		303.457	389.940	694.162	618.500					
Passivo Circulante										
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	4.163					
Debêntures	12	-	5.800	-	5.800					
Fornecedores	13	-	-	26.407	35.916					
Obrigações tributárias		-	-	1.778	3.852					
Parcelamento tributário		2.003	-	2.003	-					
Provisão para manutenção	14	-	-	5.964	4.600					
Partes relacionadas	7	530	530	1.127	1.133					
Obrigações sociais		-	-	4.454	4.818					
Dividendos a pagar	7	1.543	1.543	1.543	1.543					
Obrigações infraestrutura a realizar		-	-	12.527	11.564					
Contas a pagar		1	-	5.552	7.387					
Total do passivo circulante		4.077	9.651	67.592	116.854					
Passivo Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	845					
Fornecedores	13	-	-	-	1.675					
Parcelamento tributário		5.370	6.585	11.497	9.620					
Debêntures	12	-	89.000	279.935	89.000					
Provisão para manutenção	14	-	-	4.334	4.172					
Partes relacionadas	7	-	-	16.273	34.048					
Tributos diferidos	15.a	-	-	3.057	-					
Provisão para demandas judiciais	16	-	-	6.082	4.870					
Outras contas a pagar		-	-	8.862	9.777					
Total do passivo não circulante		5.370	95.585	332.530	216.942					
Total do passivo e patrimônio líquido		303.457	389.940	694.162	618.500					

Demonstrações dos Resultados					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	-	-	259.769	205.263
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(188.361)	(135.646)
Lucro bruto				71.408	69.617
Despesas gerais e administrativas	19	(216)	(2.500)	(20.415)	(28.687)
Resultado de equivalência patrimonial		9.356	20.138	-	-
Receita financeira	21	9.140	17.638	(20.415)	(28.687)
Despesa financeira	21	(5.535)	(20.027)	(44.000)	(33.088)
Recursos financeiros líquidos		(4.943)	55.534	(41.263)	42.828
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.197	73.172	9.730	83.758
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.b	-	(5.098)	(1.185)	(11.256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.b	-	-	(4.348)	(4.428)
Lucro líquido do exercício		4.197	68.074	4.197	68.074

Demonstrações dos Resultados Abrangentes					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.197	68.074	4.197	68.074
Total de resultado abrangente do período		4.197	68.074	4.197	68.074

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Capital social		370.480	303.971	370.480	303.971
Reserva de capital		-	14.150	-	14.150
AFAC		6	61.406	6	61.406
Prejuízos acumulados		(76.476)	(90.626)	(76.476)	(94.823)
Total do patrimônio líquido		294.010	284.704	294.010	284.704
Total do passivo e patrimônio líquido		303.457	389.940	694.162	618.500

Demonstrações dos Fluxos de Caixa					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		4.197	68.074	4.197	68.074
Ajustes para					
Depreciação/amortização		-	-	42.954	37.435
Resultado de equivalência patrimonial		(9.356)	(20.138)	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	-	(5.216)	-
Provisão de manutenção		-	-	1.526	2.446
Provisão para demandas judiciais		-	-	(4.904)	1.075
Rendimento de aplicação financeira		(592)	-	(2.738)	(394)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures		5.535	13.766	36.768	23.616
Baixa do ativo imobilizado		-	-	2.507	2.652
Perda de juros e encargos moratórios		-	(75.561)	-	(75.561)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	4.348	4.428
(Aumento) redução no ativo					
Contas a receber		-	-	(2.201)	(3.485)
Despesas pagas antecipadamente		-	-	49	(914)
Impostos a recuperar		(24)	(1.564)	(440)	(1.306)
Outros créditos		-	(7.384)	10.140	(18.577)
Depósitos judiciais		-	-	(2.121)	(115)
(Aumento) redução no passivo					
Fornecedores		-	-	(8.198)	16.993
Obrigações tributárias		(990)	7.844	(4.990)	13.996
Obrigações sociais		-	-	(364)	(1.747)
Contas a pagar		1	-	13.331	2.062
Demandas judiciais (pagamentos)		-	-	(17.781)	2.160
Partes relacionadas		-	-	-	-
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos		-	-	(4.472)	(8.965)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		(1.229)	(14.963)	62.395	63.873
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em coligadas e controladas		(5.200)	-	-	-
Aplicações financeiras		-	-	(147.475)	(2.881)
Resgate de aplicações financeiras		7.976	-	144.965	2.743
Aquisição de imobilizado		-	-	(2.070)	(1.568)
Adição do intangível		-	-	(114.174)	(46.382)
Caixa líquido oriundo das atividades de investimento		2.776	-	(118.754)	(48.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital em dinheiro		5.103	-	5.103	-
Recebimento de empresas ligadas, operações não comerciais		100.000	-	-	-
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	89.000	275.400	89.289
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(100.335)	(81.510)	(196.181)	(121.322)
Adiantamento para futuro aumento de capital		6	7.473	6	12.260
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos		4.774	14.963	84.328	(19.773)
Aumentos (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa		6.321	-	27.969	(3.988)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		-	-	2.115	6.103
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		6.321	-	30.084	2.115

3. Eventos Subsequentes – (i) Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Tema 881 – Recursos Extraordinários nº 949.297: Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. Tema 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227: Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Empresa, ativos e encerrados, nenhum deles foi afetado pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral nº 881 e 885 pelo STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli

João Villar Garcia

Roberto Solheid da Costa Carvalho

Diretoria

Dorival Pagani Junior

André Galhardo de Camargo

Contador

Daniel Fernandes – CRC ISP 240.382/0-6

Ikatu Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 25.268.211/0001-30

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2022 à 31/12/2022. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Ativo	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Circulante	2.126	7.318	(-) Custos operacionais	(5.817)	(1.320)
Caixa e equivalentes de caixa	2.056	7.249	Lucro operacional bruto	(5.817)	(1.320)
Irrf a recuperar	69	69	(+/-) Receitas/despesas operacionais:		
Não circulante	96.226.565	76.245.400	(-) Despesas administrativas	(77.329)	(1.035.173)
Compromissos contratuais a receber	60.134.188	60.083.000	Prejuízo operacional antes do result. financeiro	(83.146)	(1.036.493)
Participações societárias	36.092.377	16.162.400	(-) Despesas financeiras	(1.869)	(999)
Total do ativo	96.228.691	76.252.718	Prej. antes da provisão para o IRPJ e CSLL	(85.015)	(1.037.493)
Passivo + patrimônio líquido	96.228.691	76.252.718	Prejuízo do exercício	(85.015)	(1.037.493)
Circulante	13.104.956	15.830.370	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Fornecedores	-	895	Capital social	1.500	6.762.000
Impostos e contribuições	47	34	Capital a Reserva de	6.762.000	16.123.991
Obrigações trabalhistas	2.909	2.640	Prejuízos	16.123.991	1.037.493
Títulos a pagar	13.102.000	15.826.800	Total	1.500	21.849.998
Não circulante	41.428.776	38.572.350	Saldos em 31/12/2021	1.500	6.762.000
Emprestimos e financiamentos	36.014.852	17.662.750	Prejuízo do	-	18.892.482
Títulos a pagar	5.413.924	20.909.600	exercício	-	(85.015)
Patrimônio líquido	41.694.958	21.849.998	Saldos em 31/12/2022	1.500	6.762.000
Capital social	1.500	1.500	31/12/2022	1.500	6.762.000
Capital a integralizar	6.762.000	6.762.000	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Reserva de lucros	7.071.789	7.156.806	31/12/2022 31/12/2021		
Outros resultados abrangentes	27.859.669	7.929.693	Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais	19.844.960	4.807.319
Total do passivo + PL	96.228.691	76.252.718	Total dos fluxos de caixa das atividades de investimentos	(19.929.977)	(5.844.743)
NOTAS EXPLICATIVAS					
1) Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal: Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding), com início de atividades em 22/07/2016. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.					
Eliane Rodrigues Silva Diretora		Maria Benedita Barbosa Rocha Diretora		Nelson Corrêa Cabral TC ISPO68009/O-8	

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2023

1. **Data, Horário e Local:** No dia 28/03/2023, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Fradique Coutinho, 30, 7º andar, Pinheiros, São Paulo-SP ("Reunião"). 2. **Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada, confirmada a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Felipe Andrade Pinto, Michell Fontes Souza, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Mary Ulrich, Denys Monteiro e Marcus Vinicius Mendoça Nogueira. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Gianfranco Cinelli e Guilherme Tourinho Brandi ("Convidados"). 3. **Mesa:** Presidente: Felipe Andrade Pinto; e Secretário: Guilherme Tourinho Brandi. 4. **Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre: (i) o recebimento das Cartas de Renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a eleição de novos membros para o Conselho de Administração da Companhia; (iii) a caracterização da independência do candidato a membro do Conselho de Administração da Companhia e o enquadramento dos candidatos ao Conselho de Administração à Política de Indicação de Membros do CA, Comitês e Diretoria de 22/10/2020 ("Política de Indicação"); (iv) a complementação da convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para ratificação da eleição de novos membros para o Conselho de Administração da Companhia; e (v) a aprovação do texto integral do Edital de Convocação e da Proposta da Administração bem como sua recomendação para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. 5. **Apresentação:** Os Convidados forneceram material de suporte acerca do tópico da ordem do dia ("Material de Suporte"). Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração discutiram e esclareceram suas dúvidas a respeito do Material de Suporte, não havendo mais questionamentos, tampouco objeções em relação ao que foi apresentado e/ou ao que foi esclarecido. 6. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes à Reunião decidiram, nos termos do Material de Suporte, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) **Tomar conhecimento** da renúncia dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: (i) Sra. **Cristina Corrêa Vergueiro Antun**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.829.619-1 SSP-SP, e do CPF/ME sob o nº 224.297.128-06, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; (ii) Sra. **Márcia Maria Ferraresi**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12.973.998-4 SSP-SP, e do CPF/ME sob o nº 152.424.118-05, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração**; e (iii) Sr. **Ricardo Antônio Weiss**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.377.076-4 SSP-SP, e do CPF/ME sob o nº 010.673.308-79, ao cargo de **membro independente do Conselho de Administração**, conforme Cartas de Renúncia que ficarão arquivadas na sede social da Companhia; e, ato seguinte, (ii) **Aprovar** a eleição dos seguintes novos membros ao Conselho de Administração, em substituição aos renunciantes acima indicados: (i) Sr. **Antonio Fernando Checchia Wever**, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.147.128 SSP-SP, e do CPF/ME sob o nº 086.579.608-42, como **membro efetivo do Conselho de Administração**; (ii) **Ricardo Eugênio Jorge Saad**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.321.872 SSP-SP, e do CPF/ME sob o nº 736.084.837-72, como **membro efetivo do Conselho de Administração**; e (iii) Sr. **Luis Rheingantz Barbieri**, portador da Cédula de Identidade RG nº 28258442 SSP-SP, e do CPF/ME sob o nº 221.808.818-51, como **membro independente do Conselho de Administração**, conforme Termos de Posse que ficarão arquivados na sede social da Companhia; (iii) **Aprovar** a caracterização da independência do Sr. **Luis Rheingantz Barbieri**, com base na declaração de independência apresentada, que ficará arquivada na sede da Companhia, e da análise prévia realizada internamente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, e o enquadramento dos candidatos ao Conselho de Administração à Política de Indicação. Com base nas informações disponíveis e, com relação aos critérios de independência, na declaração apresentada pelo candidato a Conselheiro Independente, os membros do Conselho de Administração deliberaram: (a) que o candidato a membro independente do Conselho de Administração da Companhia enquadrar-se como membro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (b) que todos os indicados para o Conselho de Administração estão aderentes à Política de Indicação. Ademais, a decisão deste Conselho de Administração quanto à caracterização da independência do referido conselheiro independente será refletida na proposta da administração da Assembleia Geral que ratificará sua eleição; (iv) Em complemento à reunião do Conselho de Administração realizada em 21/03/2023, **ratificar** a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para (a) deliberar, além das matérias já recomendadas na reunião acima, a ratificação da eleição dos novos membros do Conselho de Administração eleitos conforme item (ii) acima, para o mandato em curso que vigorará até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31/12/2023, e (b) recomendar a caracterização da independência do Sr. Luis Rheingantz Barbieri; e (v) **Aprovar** o texto integral do Edital de Convocação e da Proposta da Administração e recomendar sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos e executar todos os instrumentos necessários para a concretização das deliberações ora aprovadas. Por fim, os membros do Conselho de Administração da Companhia manifestaram os seus agradecimentos aos Srs. Márcia Maria Ferraresi, Cristina Corrêa Vergueiro Antun e Ricardo Antônio Weiss, por suas relevantes contribuições à Companhia durante os seus respectivos mandatos. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente Reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, ficando autorizada a sua publicação. 8. **Assinaturas:** Mesa: Presidente - Sr. **Felipe Andrade Pinto**; Secretário - Sr. **Guilherme Tourinho Brandi**. Membros do Conselho de Administração: Felipe Andrade Pinto, Michell Fontes Souza, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Mary Ulrich, Denys Monteiro e Marcus Vinicius Mendoça Nogueira. São Paulo, 28/03/2023. **Guilherme Tourinho Brandi** - Secretário da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 158.180/23-9 em 24/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ABC Sistema de Transporte SPE S.A.

CNPJ nº 40.181.203/0001-46

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2022 à 31/12/2022. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 01/01/2022 à 31/12/2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
ATIVO	2022	2021		2022	2021
Circulante	153.290.255	65.734.476	Receita operacional líquida	681.863.233	162.493.505
Caixa e equivalente de caixa	83.096	25.607.452	(-) Custos operacionais	(618.728.818)	(121.414.845)
Contas a receber	153.207.159	40.127.022	Lucro operacional bruto	63.134.415	41.078.660
Não circulante	242.618.579	142.713.244	(+/-) Receitas/Despesas operacionais:	(28.764.539)	(34.256.400)
Realizável a longo prazo	737.435	65.485	Prej. operacional antes do result. financeiro	34.369.876	6.822.252
Investimentos	360.250	14.250	Receitas financeiras	107.721	10.602
Imobilizado	1.664.115	143.377	(-) Despesas financeiras	(13.469.621)	(3.351.305)
Intangível	239.856.779	142.490.132	Prej. antes da provisão para o IRPJ e CSLL	21.007.976	3.481.549
Total do ativo	395.908.834	208.447.720	(-) IRPJ e CSLL diferido	(8.207.704)	(1.315.762)
Passivo + patrimônio líquido	395.908.834	208.447.720	Prejuízo do exercício	12.800.272	2.165.787
Circulante	133.711.641	92.741.635	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
Impostos e contribuições	6.713.750	3.938.046	Total dos Fluxos de Caixa das Ativid. Operac.	62.005.604	6.801.502
Contas a pagar	126.997.891	88.803.589	Total dos Fluxos de Caixa das Ativid. de Investim. (107.004.941)	(142.864.631)	
Não circulante	76.606.214	49.756.726	Total dos Fluxos de Caixa das Ativid. de Financiam. 19.474.981	161.670.581	
Impostos e contribuições	9.233.466	1.315.763	Aumento (Red.) do Caixa e Equiv. de Caixa (25.524.356)	25.107.452	
Contas a pagar	67.082.748	48.440.963	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	25.607.452	
Patrimônio líquido	185.590.979	65.949.359	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	83.096	25.607.452
Capital social	187.058.492	187.058.492	Variação das Contas Caixa / Bancos/ Equiv. (25.524.356)	25.107.452	
Capital social a integralizar	(65.468.972)	(123.274.920)	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
AFAC	49.035.400	-	Capital social	1.500	6.762.000
Reserva de lucros	14.966.059	2.165.787	Capital a integralizar	6.762.000	16.123.991
Total do passivo + PL	395.908.834	208.447.720	AFAC	16.123.991	1.037.493
Saldos em 31/12/2020					
Aumento de Capital Social	187.058.992	(123.274.920)	Reserva de Lucros	-	1.500
Saldos em 31/12/2021	187.058.492	(123.274.920)	Total	1.500	65.949.359
Aumento de Capital Social	-	57.805.948	AFC	-	57.805.948
AFAC	-	49.035.400	Reserva de Lucros	-	49.035.400
Lucro do exercício	-	12.800.272	Saldos em 31/12/2022	187.058.492	65.949.359
Saldos em 31/12/2022	187.058.492	(65.468.972)	49.035.400	14.966.059	185.590.979
NOTAS EXPLICATIVAS					
1. Do Contexto: A ABC Sistema de Transporte SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana, com início de atividades em 22/12/2020. 2. Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os princípios fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.					
Patricia Aparecida Formigoni Avamileno - Diretora Presidente		Assis Martins Moreira - CT - CRC 1SP259.100/O-4		Nelson Corrêa Cabral - TC CRC - 1SP 068.009/O-8	

Dólar recua 0,15% e fecha a R\$ 5,0573 em dia de ajustes



Após instabilidade pela manhã, o dólar operou com sinal negativo ao longo da tarde e encerrou a sessão desta quarta-feira, 26, em baixa de 0,15%, cotado a R\$ 5,0573. Houve oscilação de menos de quatro centavos entre mínima (R\$ 5,0374) e máxima (R\$ 5,0739), ambas registradas nas primeiras horas de negócios. Segundo operadores, houve um leve ajuste de posições, com devolução de parte da alta de terça (+0,47%), em meio a recuo da moeda americana frente a pares fortes, sobretudo o euro. Por outro lado, nova

rodada de queda das commodities, que castigou parte das divisas emergentes, limitou o fôlego do real. As cotações do petróleo recuaram mais de 3% no mercado internacional. A avaliação nas mesas de operação é que, após voltar a ser negociado acima do nível de R\$ 5,00, o dólar passa por um período de acomodação, dada a ausência de gatilhos para movimentos mais fortes. Com a baixa de hoje, a moeda está praticamente estável na semana (-0,02%) e acumula perda de apenas 0,22% no mês. A divulgação da desaceleração do IPCA-15 de 0,69% em março para 0,57% IstoDinheiro

Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 23.670.693/0001-25 - NIRE 35.300.484.592

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo Link: https://teams.microsoft.com/j/MeetupJoin/19%3ameeting_NWYxNzh0UHM2VmMCO0Y2RmlThkNDYtNzc5YTU5YTUNzAy%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ebc%22%2c%220id%22%3a%221dfbbe54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%2d

Ficam convocados os acionistas da **Clínicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia **05/05/2023, às 13h**, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), e do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **ordem do dia: Em sede de AGO:** (1) as contas da administração, o relatório da administração substanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e (3) a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE:** (4) a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) - patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br, no mínimo, 72 horas de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; (b) ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; ou (b.2) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10/06/2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 minutos anteriores ao horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (a) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (b) orientações sobre o seu envio à Companhia, (c) indicação dos documentos que devem acompanhar o boletim para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (d) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim: (a) comunicar o recebimento do boletim de voto à distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) informar sobre a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Por fim, lembramos que os acionistas minoritários vinculados ao Acordo de Acionistas Minoritários da Companhia celebrado em 15.05.2021 deverão observar as disposições relacionadas ao Voto em Bloco, devidamente descritas nas Cláusulas 3.1 e seguintes de referido Acordo. Desta forma, considera-se convocada nesta data a Reunião Prévia, que deverá ser realizada em até 2 horas antes do horário da Assembleia, na qual os Acionistas Minoritários deverão apresentar voto, dissidência e/ou protesto por escrito, de modo a estabelecer a orientação de voto do Bloco de Acionistas Minoritários. Após o encerramento da Reunião Prévia, deverá ser lavrada a ata com a orientação de voto adotada pelos Acionistas Minoritários, que será entregue pelo Sr. Ruy Cunha ao presidente ou secretário da Assembleia. Isto posto, a Companhia informa que, nos termos do § 8º do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, não serão computados os votos proferidos na Assembleia que estejam em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas, notadamente com relação à dinâmica do Voto em Bloco. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 27/04/2023. Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, **Presidente do Conselho de Administração.** (27, 28 e 29/04/23)

comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

Haia Serviços Financeiros S.A.

CNPJ nº 23.733.780/0001-84
RELATORIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2022 à 31/12/2022. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 1º de janeiro de 2022 à 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		2022		2021	
Ativo					
Circulante	96.645.693	5.977.833			
Caixa e equivalentes de caixa	96.558.173	5.920.683			
Contas a receber	87.520	57.150			
Não circulante	14.753	17.545			
Investimentos	8.939	8.939			
Imobilizado	5.814	8.606			
Total do ativo	96.660.446	5.995.378			
Passivo + patrimônio líquido					
Circulante	96.451.985	5.883.144			
Impostos e contribuições	21.998	21.396			
Contas a pagar	96.429.987	5.861.748			
Não circulante					
Patrimônio líquido	208.461	112.234			
Capital social	10.000	10.000			
Reserva de lucros	198.461	102.234			
Total do passivo + PL	96.660.446	5.995.378			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		2022		2021	
Receita operacional líquida		556.665	311.355		
(-) Custos operacionais		(405.979)	(175.782)		
Lucro operacional bruto	150.686	135.573			
(+/-) Receitas/Despesas operacionais:		(32.671)	(127.253)		
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	118.015	8.320			
Receitas financeiras		40.117	54.010		
(-) Despesas financeiras		(5.384)	(7.413)		
Resultado antes da provisão para o IRPJ e CSLL	152.748	54.917			
(-) Imposto de renda e contribuição social		(56.521)	(38.306)		
Resultado do exercício	96.227	16.611			

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2022		2021	
		Capital social	Reserva de Lucros	Total	
Saldos em 31/12/2020	10.000	85.623	95.623		
Lucro do exercício	-	16.611	16.611		
Saldos em 31/12/2021	10.000	102.234	112.234		
Lucro do exercício	-	96.227	96.227		
Saldos em 31/12/2022	10.000	198.461	208.461		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		2022		2021	
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		70.524	29.142		
Total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		-	-		
Total dos Fluxos de Caixa das Ativid. de Financiam.		90.566.966	5.537.842		
Aumento (Redução) do Caixa e Equiv. de Caixa	90.637.490	5.566.984			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		5.920.683	353.699		
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período		96.558.173	5.920.683		
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equiv.	90.637.490	5.566.984			

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Do contexto: A Haia Serviços Financeiros S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Bernardo do Campo/SP, tendo como objeto social principal Holdings de instituições não-financeiras, Atividades de cobranças e informações cadastrais, Serviços combinados de escritório e apoio administrativo com início de atividades em 25/11/2015. **2) Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Karin Camila Soares
Diretora Presidente

Eliane Rodrigues Silva
Vice Presidente

Assis Martins Moreira
Contador - CRC 1SP259100/0-4

Bernatrans Transportes Urbanos S.A.

CNPJ nº 34.051.080/0001-26
RELATORIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2022 à 31/12/2022. As demonstrações financeiras completas encontram-se na sede da empresa.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 01/01/2022 à 31/12/2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		2022		2021	
Ativo					
Circulante	48.711.488	30.528.786			
Caixa e equivalentes de caixa	629.513	81.796			
Contas a receber	48.081.955	30.446.990			
Não circulante	103.147.397	82.691.322			
Realizável a longo prazo	657.098	51.882			
Imobilizado	66.852.213	45.396.030			
Intangível	35.638.086	37.243.410			
Total do ativo	151.868.865	113.220.108			
Passivo + Patrimônio líquido					
Circulante	91.936.350	75.756.922			
Impostos e contribuições	8.677.624	6.568.511			
Contas a pagar	83.258.726	69.188.411			
Não circulante	76.803.620	46.988.502			
Impostos e contribuições	9.367.429	11.192.114			
Contas a pagar	67.436.191	35.796.388			
Patrimônio líquido	(16.881.105)	(9.525.316)			
Capital Social	19.438.001	19.438.001			
Prejuízos acumulados	(36.319.106)	(28.963.317)			
Total do Passivo + PL	151.868.865	113.220.108			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		2022		2021	
Receita operacional líquida		235.571.942	156.268.277		
(-) Custos operacionais		(198.748.033)	(131.679.246)		
Lucro operacional bruto		36.823.909	24.589.031		
(+/-) Receitas/despesas operacionais		(37.456.153)	(32.738.199)		
Prejuízo operac. antes do resultado financeiro		(632.244)	(8.149.168)		
Receitas financeiras	3.008.499	20.737			
(-) Despesas financeiras	(7.435.834)	(6.335.359)			
Prejuízo antes da provisão para IRPJ e CSLL		(5.059.579)	(11.763.790)		
(-) IRPJ e CSLL diferidos		(2.296.210)	(1.253.651)		
Prejuízo do exercício	(7.355.789)	(13.017.441)			

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2022		2021	
		Capital social	Prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 31/12/2020	19.438.001	(15.945.876)	3.492.125		
Prejuízo do exercício	-	(13.017.441)	(13.017.441)		
Saldos em 31/12/2021	19.438.001	(28.963.317)	(9.525.316)		
Prejuízo do exercício	-	(7.355.789)	(7.355.789)		
Saldos em 31/12/2022	19.438.001	(36.319.106)	(16.881.105)		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		2022		2021	
Total dos fluxos de caixa das atividades operacionais		(4.786.344)	(16.944.927)		
Total dos fluxos de caixa das atividades investimentos		(27.096.438)	(26.502.998)		
Total dos fluxos de caixa das atividades financiamentos		32.430.499	43.053.020		
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa		547.717	(394.905)		
Caixa e equivalente de caixa no início do período		81.796	476.701		
Caixa e equivalente de caixa no final do período		629.513	81.796		
Variação das contas caixa/bancos/equivalentes		547.717	(394.905)		

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Do contexto: a Bernatrans Transportes Urbanos S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro em São Paulo/SP, tendo como objeto social transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, com início de atividades em 27/06/2019. **2. Das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

Nelson Donizeti Borges Ribeiro – Diretor Presidente

Gilmar Ribeiro Coutinho – Vice-presidente

Assis Martins Moreira – Contador – CRC 1SP 259.100/0-4

Saúde do Brasil Holding S.A.

CNPJ nº 22.932.773/0001-49 - NIRE 35.300.480.210

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/1/meetup-join/19%3ameeting_YM1NGZIZDAtYmMwMSO0M21zLwXmZlZJK0T13M2VMGEx%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22fdffbe54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d. Ficam convocados os acionistas da Saúde do Brasil Holding S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 05/05/2023, às 13:45 horas, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** **Em sede de AGE:** (1) as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e (3) a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE:** (4) a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterà, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicações dos documentos que devem acompanhar a verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 27/04/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira**, Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)



Faça um orçamento conosco: [comercial@datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)
Acesse nosso site: [datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

Opty Pernambuco Paraiba Holding S.A.

CNPJ nº 37.488.089/0001-97 - NIRE 35.300.551.923

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/1/meetup-join/19%3ameeting_NiBiZGRNzgtNidkNCO0MTBJLWlzZDktOGVhZTE3NTYyND00%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22fdffbe54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d. Ficam convocados os acionistas da Opty Pernambuco Paraiba Holding S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 05/05/2023, às 15:15 horas, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** **Em sede de AGE:** (1) as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e (3) a eleição ou reeleição e consignação de renúncia, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE:** (4) a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – patricia.passos@grupohmaisbrasil.com.br e vanessa.coelho@grupohmaisbrasil.com.br com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que o terceiro represente a pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), o qual conterà, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicações dos documentos que devem acompanhar a verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante; e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o voto do acionista seja considerado válido; e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 27/04/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira**, Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

Otorrino do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 42.516.464/0001-03 - NIRE 3530057191-6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Acesso pelo link: https://teams.microsoft.com/1/meetup-join/19%3ameeting_M2Y3MGU3YwItYkYy00NGRjLTIjMjEYzhiNDZlYmZmNmQx%40thread.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22fdffbe54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7d. Ficam convocados os acionistas da Otorrino do Brasil S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 05/05/2023, às 14:30 horas, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** **Em sede de AGE:** (1) as contas da administração, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (2) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; e (3) a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de AGE:** (4) a consolidação do Estatuto Social. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) –

EZS Informática S.A.

CNPJ nº 06.234.798/0001-12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	NE	2022	2021	NE	2022	2021	Capital social	Capital integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Circulante		39.041	39.809	Receita operacional líquida	18	89.388	66.419					
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.276	7.026	Custos dos serviços prestados	19	(63.810)	(52.894)					
Depósitos em garantia	6	2.161	-	Lucro bruto		25.578	13.525					
Contas a receber	7	20.398	31.536	(Despesas)/ receitas operacionais:								
Impostos e recuperar	-	39	55	Despesas administrativas	20	(763)	(549)					
Despesas antecipadas	8	167	1.192	Despesas comerciais	20	(3.636)	(3.226)					
Não circulante		33.719	14.664	Outras receitas (despesas) operacionais liq.	20	(612)	(1.431)					
Contas a receber	7	19.796	-	Lucro operacional antes do resultado financeiro		20.568	8.319					
Depósito judicial	-	20	20	Resultado financeiro								
Imobilizado	9	42	77	Despesas financeiras	21	(2.478)	(2.463)					
Intangível	10	13.861	14.567	Receitas financeiras	21	3.684	898					
Total do ativo		72.760	54.473	Lucro antes da prov. p/ o IRPJ e CSLL		1.206	(1.565)					
Passivo e patrimônio líquido		33.989	33.368	IRPJ e CSLL	13	(5.561)	(2.278)					
Circulante				Lucro líquido do exercício		16.213	4.476					
Empréstimos e financiamentos	-	-	1	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES								
Fornecedores	11	22.031	29.198									
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	3.664	1.208									
IRPJ e CSLL	13	1.120	633									
Contas a pagar por aquisição de Companhia	14	1.802	396									
Divid. e juros sobre o capital próprio a pagar	22	4.146	1.233									
Receita diferida	15	1.206	696									
Contas a pagar partes relacionadas	-	5	-									
Outras contas a pagar	-	15	3									
Não circulante		13.771	4.444									
Fornecedores	11	10.725	-									
IRPJ e CSLL	13	2.012	2.012									
Contas a pagar por aquisição de Companhia	14	-	2.055									
Receita diferida	15	1.018	263									
Provisão para demandas judiciais	16	-	114									
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	16	-									
Patrimônio líquido		25.000	16.661									
Capital social	17	12.608	12.608									
Reserva legal	17	1.255	444									
Reserva de lucros	-	11.137	3.609									
Total do passivo e patrimônio líquido		72.760	54.473									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Informações sobre a Sociedade: A EZS Informática S.A. ("Companhia") tem sua sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e, tem por objetivo principal a prestação de serviços especializados em segurança da informação e comercialização de licenças de uso de software. Desde 1999 atua no mercado com a missão de entregar soluções customizadas que agreguem valor real ao cliente, com uma equipe de especialistas altamente qualificados e com metodologia baseada nas principais instituições e certificações internacionais, tem competência e visão analítica para ajudar Companhias a se protegerem de constantes ameaças. A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de um determinado grupo Companhia, utilizando-se de ou fornecendo para estrutura de Companhia ligada, qual seja, a Tempest Serviços de Informática S.A., sua controladora, e a Embracer S.A., controladora da Tempest Serviços de Informática S.A., especificamente relativos à atividade de gestão e administração dos negócios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. **2.1 Base de preparação:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas, julgamentos e premissas, o que exige da Administração julgamento para aplicação das práticas contábeis da Companhia. Essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda as áreas nas quais as premissas e estimativas são relevantes para a preparação das demonstrações financeiras estão descritas no tópico 2.3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo, quando assim requerido. As demonstrações financeiras de 2022 foram aprovadas pela administração em 03/04/2023. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. **2.3 Uso de estimativa**

3. Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao custo amortizado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.3 IRPJ e CSLL - corrente:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente na Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente mensal de R\$ 20 para impostos de renda, 9% sobre o lucro tributável para a CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como para prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. A mensuração do IRPJ e CSLL diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos contidos na legislação vigente forem atendidos. **3.4 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.5 Intangível:** (i) **Ágio** O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor

recuperável. (ii) **Demais ativos intangíveis** Os demais ativos intangíveis estão registrados ao custo de aquisição ou alocação, e sua amortização é calculada pelo método linear baseada na expectativa de vida útil. **3.6 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não circulantes:** Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **3.7 Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.8 Reconhecimento de receitas:** A receita de prestação de serviços e comercialização de licenças de uso de software é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e as obrigações de desempenho firmadas são concluídas. As receitas são reconhecidas considerando que a Companhia atua como "principal" em suas relações mercantis, uma vez que atende aos principais requisitos constantes do pronunciamento técnico relacionado com receitas, entre eles: (i) tem responsabilidade primária de prover serviços ao cliente; (ii) tem liberdade para estabelecer preços, inclusive de serviços adicionais (treinamento, consultorias e outros) e (iii) suporta o risco de crédito. **3.9 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas. **3.10 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, partindo das informações contábeis. **3.11 Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de pagamento de dividendos da Companhia consiste na distri-

buição de dividendos de 25% do lucro líquido anual ajustado após a constituição da reserva legal. Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são calculados dentro do limite da dedutibilidade estabelecida na Lei nº 9.249/1995, e a contabilização é realizada direto no patrimônio líquido. **3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. **3.13 Obrigações tributárias - Impostos sobre vendas e prestação de serviços:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2,9% e 5%. **3.14 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **4. Pronunciamentos contábeis recentes:** **4.1 Novos pronunciamentos contábeis:** Novos pronunciamentos contábeis, alterações a pronunciamentos e interpretações foram publicadas, porém não são mandatórias para o período encerrado em 31/12/2022 e não foram adotadas de forma antecipada. A Companhia entende que a adoção desses pronunciamentos, alterações ou interpretações não gerará impacto material na preparação das demonstrações financeiras no período corrente e períodos futuros. • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações ao CPC 26 / IAS 1; • Divulgação de políticas contábeis - Alterações do CPC 26 / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2; • Definição de estimativa contábil - Alterações ao CPC 23 / IAS 8; • Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma Única Transação - Alterações ao CPC 32 / IAS 12.

A DIRETORIA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da EZS Informática S.A., Recife - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EZS Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EZS Informática S.A. ("Companhia") em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31/12/2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores

correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 04/02/2022, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a adminis-

tração pretenda liquidar a Companhia e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José dos Campos, 03/04/2023

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028568/FIsaac de Mello
Contador
CRC 1SP-294263/O-1

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

Negócios

Com letra do Eminem, CEO do Hurb anuncia afastamento temporário



O polêmico CEO e fundador da Hurb (antigo Hotel Urbano), João Ricardo Mendes, anunciou hoje seu afastamento do cargo em um longo comunicado conjunto com a empresa, tão confuso quanto suas atitudes recentes. Nas últimas semanas, Mendes se notabilizou pela falta de bom senso ao lidar com a crise financeira da empresa: insultou e expôs dados de um cliente em um grupo de WhatsApp e fez um vídeo em que debocha de reclamações de consumidores que não conseguiram embarcar nos pacotes de viagens vendidos pela companhia ou ter o dinheiro de volta.

No comunicado de hoje, o fundador cita a morte da mãe, menciona Oprah e Dalai

Lama, e inclui até um trecho da música “Till I Colapse” (“Até eu colapsar”, em uma tradução livre), do rapper Eminem, artista que também embalava o vídeo de duas semanas atrás. O texto, no entanto, indica uma saída temporária – com ares de intervenção.

O executivo ressalta que permanecerá como principal acionista e que segue disposto a ajudar a qualquer momento na tomada de “decisões estratégicas”, como um “fundador sem função executiva”, caso a liderança da companhia julgue necessário. Quem ocupará interinamente o seu lugar de CEO é Otávio Brissant, até então COO da Hurb. A troca passará a ter validade a partir das 23h59 de hoje e o substituto de Brissant será decidido em uma votação a ser realiza-

da pela liderança da empresa. A sequência de polêmicas em torno de Mendes começou com os calotes da Hurb, que tem atrasado pagamento a hotéis e pousadas que eram parceiros da agência de viagens digital, com dívidas que somam R\$ 140 milhões, conforme a coluna Capital, do jornal O Globo. As empresas decidiram parar de receber clientes da agência, que por sua vez reclamam que não conseguem usar pacotes comprados durante a pandemia.

Em vez de tentar acalmar a situação, o então CEO jogou mais lenha na fogueira ao publicar um vídeo no LinkedIn, no começo de abril, no qual pisa em uma faixa com reclamações de clientes lesados, em uma alusão a Elon Musk.

Pipeline Valor

Cerveja da Budweiser faz anúncio com influenciadora trans, sofre boicote e demite diretores



Uma ação publicitária envolvendo a cerveja mais vendida dos Estados Unidos e uma influenciadora transgênero derrubou as vendas da companhia e terminou na demissão de dois executivos.

O caso envolve a Bud Light, versão mais leve da Budweiser, cerveja da AB InBev, que tem entre seus controladores os brasileiros Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles.

O episódio é o mais recente de uma série de ações de grupos conservadores contra direitos de pessoas transgênero, e foi descrito pela imprensa americana como um microcosmo do debate nos Estados Unidos hoje.

Magalu vs. Kabum: imbróglio judicial leva à demissão de ex-donos do e-commerce de informática

Fundado pelos irmãos Leandro e Thiago Ramos e comprado pelo Magazine Luiza por 3,5 bilhões de reais, o e-commerce de informática Kabum passa por uma fase bastante complicada internamente. No primeiro ato, a transação bilionária foi parar nos tribunais, após a dupla alegar que o banco Itaú favoreceu a varejista na assessoria da venda.

E, no mais recente episódio, as articulações dos irmãos resultaram no desligamento dos dois fundadores por justa causa da varejista.

As informações foram obtidas pelo jornal Valor Econômico. Segundo a publicação, Thiago e Leandro Ramos tiveram seus contratos com o

Magalu suspensos por 30 dias antes da decisão de encerrá-los. Os dois eram contratados pela CLT no Magazine Luiza.

A demissão por justa causa se deu, sobretudo, porque os fundadores do Kabum estavam trabalhando para criar uma nova empresa, que seria concorrente do Magalu.

Thiago e Leandro Ramos negam. Eles moveram uma ação trabalhista, acusando a empresa de demissão por justa causa “imotivada”. Se isso for comprovado, o Magalu terá que fazer uma série de pagamentos aos fundadores do Kabum, como multas rescisórias, bônus e danos morais.

Na ação trabalhista, os advogados dos irmãos dizem que a demissão foi uma retaliação.

Exame



No dia primeiro deste mês, a influenciadora trans Dylan Mulvaney, que tem 1,8 milhão de seguidores no Instagram e 10,8 milhões no TikTok, publicou um vídeo de publicidade com a marca, em que mostra seis cervejas que recebeu com um desenho de seu próprio rosto estampado na lata, para comemorar um ano desde que ela se declarou trans publicamente.

As reações foram imediatas e grupos conservadores começaram uma campanha de boicote acusando a cerveja de patrocinar pautas transgênero, de “zombar” de mulheres e de expor crianças à sexualidade.

Dois dias após a publicação da influenciadora, o

músico Kid Rock, que fez sucesso no país entre os fim dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, gravou um vídeo com um fuzil semiautomático em que metralhava caixas da cerveja. Influenciadores conhecidos da direita, como Ben Shapiro, também pediram por boicote.

Houve também ameaça de bomba a uma fábrica da empresa em Los Angeles, segundo a imprensa local.

As ações da Anheuser-Busch, dona da marca, caíram logo 5% logo após o começo do boicote, representando uma perda de US\$ 6 bilhões (R\$ 30 bilhões) em valor de mercado, segundo o portal Axios.

Thiago Amâncio/Folhapress